



TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do Objeto (Art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

a. Descrição do objeto:

Registro de Preço para eventual contratação de empresa para prestação de Serviços Especializados de Manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado (modelos convencionais ou com tecnologia inverter, de marcas diversas, split ou janela) e fornecimento de peças, a fim de suprir as necessidades de diversas Secretarias e Fundos da Prefeitura Municipal de Rio Claro – RJ

O objeto desta contratação se enquadra na descrição de serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por Edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 10.818/2021;

Especificação do produto / quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SLIP/PISO-TETO/CASSETTE (7.000 A 60.000 BTUS)	SERVIÇO	1345
2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO TIPO JANELA (7.000 A 30.000 BTUS)	SERVIÇO	579
3	RECONSTITUIÇÃO ISOLAMENTO TÉRMICO - TUBULAÇÃO AR CONDICIONADO (7.000 A 60.000 BTUS)	METRO	100
4	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE TUBULAÇÃO DE DRENAGEM AR CONDICIONADO (7.000 A 60.000 BTUS)	METRO	85



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 327

ASS.: *[assinatura]*

5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE TUBULAÇÃO DE AR CONDICIONADO (7.000 A 12.000 BTUS)	METRO	80
6	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE TUBULAÇÃO DE AR CONDICIONADO (18.000 A 24.000 BTUS)	METRO	104
7	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE TUBULAÇÃO DE AR CONDICIONADO (30.000 A 36.000 BTUS)	METRO	31
8	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE TUBULAÇÃO DE AR CONDICIONADO (48.000 A 60.000 BTUS)	METRO	31
9	REPARO ELETRÔNICO EM APARELHO DE AR CONDICIONADO (7.000 A 60.000 BTUS) -	HORA	572
10	REPARO MECÂNICO EM APARELHO DE AR CONDICIONADO (7.000 A 60.000 BTUS) -	HORA	572
11	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE COMPRESSOR DE APARELHO DE AR CONDICIONADO (7.000 A 60.000 BTUS)	SERVIÇO	133
12	CARGA DE GÁS REFRIGERANTE R22	SERVIÇO	248
13	CARGA DE GÁS REFRIGERANTE R410A	SERVIÇO	248
14	CARGA DE GÁS REFRIGERANTE R407	SERVIÇO	150
15	INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE (9.000 A 18000 BTUS)	SERVIÇO	63
16	INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO (24.000 A 30.000 BTUS) -	SERVIÇO	61
17	INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR	SERVIÇO	61



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 328

ASS.: *[Signature]*

	CONDICIONADO (36.000 A 60.000 BTUS)		
18	DESINSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO (7.000 A 60000 BTUS)	SERVIÇO	119
19	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE CABO DE ENERGIA DE 2,5MM² DE ALIMENTAÇÃO PARA AR CONDICIONADO	SERVIÇO	185
20	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE CABO DE ENERGIA DE 4,0MM² DE ALIMENTAÇÃO PARA AR CONDICIONADO	SERVIÇO	183
21	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE CABO DE ENERGIA DE 6,0MM² DE ALIMENTAÇÃO PARA AR CONDICIONADO	SERVIÇO	183
22	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE DISJUNTOR DE 16A BIPOLAR (2X16A)	SERVIÇO	51
23	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE DISJUNTOR DE 25A BIPOLAR (2X25A)	SERVIÇO	51
24	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE DISJUNTOR DE 32A TRIPOLAR (3X32A)	SERVIÇO	51



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 329

ASS.: *Jul*

25	SERVIÇO DE EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO ELABORADO POR ENGENHEIRO ELETRICISTA	SERVIÇO	61
26	SERVIÇO DE EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO ELABORADO POR ENGENHEIRO MECÂNICO	SERVIÇO	61
27	KIT DE INSTALAÇÃO PARA AR CONDICIONADO (7.000 A 60.000 BTUS)	UNIDADE	160
28	VÁLVULA DE SERVIÇO PARA AR CONDICIONADO SPLIT TIPO SCHRADER 1/4"	UNIDADE	76
29	VÁLVULA DE SERVIÇO PARA AR CONDICIONADO SPLIT TIPO SCHRADER 1/2"	UNIDADE	79
30	VÁLVULA DE SERVIÇO PARA AR CONDICIONADO SPLIT TIPO SCHRADER 3/8" -	UNIDADE	76
31	VÁLVULA DE SERVIÇO PARA AR CONDICIONADO SPLIT TIPO SCHRADER 5/8"	UNIDADE	79
32	FILTRO DE NYLON PARA AR CONDICIONADO DE 9.000 A 60.000 BTUS	UNIDADE	116
33	PLACA COM CONTROLE REMOTO PARA APARELHO DE AR CONDICIONADO	UNIDADE	103



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 330

ASS.: Jul

34	COMPRESSOR PARA AR DE 9.000 BTU'S, 220V MONOFÁSICO ROTATIVO	UNIDADE	35
35	COMPRESSOR PARA AR DE 12000 BTU'S, 220V MONOFÁSICO – ROTATIVO	UNIDADE	32
36	COMPRESSOR PARA AR DE 18000 BTUS, 220V MONOFÁSICO – ROTATIVO	UNIDADE	51
37	COMPRESSOR PARA AR DE 22.000 A 24000 BTUS, 220V MONOFÁSICO – ROTATIVO	UNIDADE	39
38	COMPRESSOR PARA AR DE 30.000 BTUS, 220V MONOFÁSICO – ROTATIVO	UNIDADE	11
39	COMPRESSOR PARA AR DE 36.000 BTUS, 220V, MONOFÁSICO – ROTATIVO	UNIDADE	11
40	COMPRESSOR PARA AR DE 60.000 BTUS, 220V, MONOFÁSICO – ROTATIVO -	UNIDADE	6
41	PRESSOSTATO DA CONDENSADORA (7.000 A 60000 BTUS)	UNIDADE	70
42	CONTROLE REMOTO PARA APARELHO DE AR	UNIDADE	91



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 331

ASS.: *[Signature]*

	CONDICIONADO (7.000 A 60000 BTUS)		
43	TERMOSTATO PARA APARELHO DE AR CONDICIONADO (7.000 A 60.000 BTUS)	UNIDADE	64
44	TURBINA DA EVAPORADORA DE AR CONDICIONADO (7.000 A 60000 BTUS)	UNIDADE	59
45	PROTETOR TÉRMICO PARA COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO (7.000 A 60000 BTUS)	UNIDADE	71
46	SERPENTINA DA CONDENSADORA DE AR CONDICIONADO (7.000 A 18000 BTUS)	UNIDADE	52
47	SERPENTINA DA CONDENSADORA DE AR CONDICIONADO (24.000 A 30.000 BTUS)	UNIDADE	29
48	SERPENTINA DA CONDENSADORA DE AR CONDICIONADO (36.000 A 60.000 BTUS)	UNIDADE	16
49	SENSOR DE TEMPERATURA DE AR CONDICIONADO (7.000 A 60.000 BTUS)	UNIDADE	94
50	SENSOR DE DEGELO PARA AR CONDICIONADO (7.000 A 60.000 BTUS)	UNIDADE	94



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 332

ASS.: *[assinatura]*

51	CAPACITOR DE FASE PARA APARELHO DE AR CONDICIONADO (9.000 A 60.000 BTUS)	UNIDADE	93
52	PLACA ELETRÔNICA PRINCIPAL, CONDENSADORA DE AR (9.000 A 18.000 BTUS)	UNIDADE	57
53	PLACA ELETRÔNICA PRINCIPAL, CONDENSADORA DE AR (24000 A 60000 BTUS)	UNIDADE	31
54	PLACA ELETRÔNICA PRINCIPAL EVAPORADORA DE AR (9.000 A 18.000 BTUS)	UNIDADE	54
55	PLACA ELETRÔNICA PRINCIPAL EVAPORADORA DE AR DE 24.000 A 60.000 BTUS	UNIDADE	22
56	PLACA DE DISPLAY ELETRÔNICO PARA APARELHO DE AR CONDICIONADO	UNIDADE	40
57	CAPACITOR DE FASE PARA APARELHO DE AR CONDICIONADO	UNIDADE	58
58	MOTOR PARA VENTILADOR DE EVAPORADORA DE AR (9.000 A 12.000 BTUS)	UNIDADE	32
59	MOTOR PARA VENTILADOR DE EVAPORADORA	UNIDADE	37



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 333

ASS.: *[Signature]*

	DE AR DE 18.000 A 24.000 BTUS		
60	MOTOR PARA VENTILADOR DE EVAPORADORA DE AR DE 30.000 A 60.000 BTUS	UNIDADE	16
61	MOTOR PARA VENTILADOR CONDENSADORA DE AR 9000 BTUS	UNIDADE	23
62	MOTOR PARA VENTILADOR CONDENSADORA DE AR 12000 BTUS	UNIDADE	23
63	MOTOR PARA VENTILADOR CONDENSADORA DE AR 18.000 BTUS	UNIDADE	32
64	MOTOR PARA VENTILADOR CONDENSADORA DE AR 24.000 BTUS	UNIDADE	18
65	MOTOR PARA VENTILADOR CONDENSADORA DE AR 36.000 BTUS	UNIDADE	10
66	MOTOR PARA VENTILADOR CONDENSADORA DE AR 60.000 BTUS	UNIDADE	7
67	HÉLICE PARA VENTILADOR CONDENSADORA DE	UNIDADE	28



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 334

ASS.: *[Signature]*

	AR 9000 BTUS		
68	HÉLICE PARA VENTILADOR CONDENSADORA DE AR 12.000 BTUS	UNIDADE	19
69	HÉLICE PARA VENTILADOR CONDENSADORA DE AR 18.000 BTUS -	UNIDADE	30
70	HÉLICE PARA VENTILADOR CONDENSADORA DE AR 24.000 BTUS	UNIDADE	28
71	HÉLICE PARA VENTILADOR CONDENSADORA DE AR 36.000 BTUS	UNIDADE	9
72	HÉLICE PARA VENTILADOR CONDENSADORA DE AR 60.000 BTUS	UNIDADE	9
73	MANGUEIRA DE ¾" PVC PARA DRENO DE AR CONDICIONADO	UNIDADE	228
74	CONTATOR TRIPOLAR BOBINA DE 220V, CORRENTE DE 25A	UNIDADE	21
75	CONTATOR TRIPOLAR BOBINA DE 220V, CORRENTE DE 32A	UNIDADE	16



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 335

ASS.: *[assinatura]*

76	CONTATOR TRIPOLAR BOBINA DE 24V, CORRENTE DE 25A	UNIDADE	16
77	CONTATOR TRIPOLAR BOBINA DE 24V, CORRENTE DE 32A	UNIDADE	16
78	CONTATOR BIPOLAR BOBINA DE 220V, CORRENTE DE 25A	UNIDADE	18
79	CONTATOR BIPOLAR BOBINA DE 220V, CORRENTE DE 32A	UNIDADE	16

2. Prazo de vigência do contrato / prorrogação / reajuste (Art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

O prazo de vigência da Ata de registro de preços será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Esse prazo poderá ser prorrogado, desde que haja interesse da Administração, observados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente.

Poderá ser reajustado anualmente, conforme previsão do art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

O reajuste será calculado com base na variação dos índices oficiais de preços, podendo ser utilizado o IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou o IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A escolha do índice será feita pela CONTRATANTE, adotando-se aquele que apresentar menor variação no mês de referência, entendido como o mês de apresentação da proposta.

A solicitação de reajuste deverá ser formalizada pela CONTRATADA, acompanhada da devida comprovação da variação dos custos, e será analisada pela Administração Pública, que avaliará sua pertinência e adequação. Quando concedido, o reajuste será aplicado a



partir da data de aniversário do contrato, de forma a garantir o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade da prestação dos serviços.

3. Da justificativa e objetivo da contratação

Trata-se de iniciativa visando atender a necessidade de manutenção preventiva e corretiva, para manter os aparelhos de ar condicionado sempre em perfeito estado e bom funcionamento, suprimindo a demanda das unidades administrativas sob responsabilidade das Secretarias da Prefeitura Municipal de Rio Claro – PMRC;

Costumeiramente o verão no estado do Rio de Janeiro é de altas temperaturas, dessa maneira um sistema de climatização adequado e que esteja em plenas condições de uso é essencial para as diversas atividades que todas as Secretarias da Prefeitura Municipal exercem;

A Prefeitura Municipal de Rio Claro - PMRC não dispor de mão de obra especializada, em seu quadro de servidores, para a realização de serviços de manutenção preventiva e/ou manutenção corretiva dos aparelhos de ar condicionado;

A contratação é imprescindível devido a necessidade de correção de possíveis defeitos apresentados com maior agilidade, além de poder reduzir custos, extinguindo contratações de forma emergencial, devido a essencialidade dos serviços, que garantem bem-estar e melhorias na saúde dos usuários e colaboradores.

4. Da Matriz de Risco

Em conformidade com as diretrizes da Instrução Normativa nº 05/2017 da SEGES/ME e demais normativos aplicáveis, foi elaborada a Matriz de Riscos correspondente ao presente Termo de Referência, com o objetivo de identificar, avaliar e tratar os principais riscos associados à contratação pretendida.

A Matriz de Risco visa proporcionar maior segurança à gestão contratual, promovendo a prevenção de falhas, a continuidade dos serviços e o adequado cumprimento dos objetivos institucionais.

A Matriz de Risco encontra-se anexa a este Termo de Referência, como parte integrante do processo de planejamento da contratação.

5. Da fundamentação da contratação (Art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 337

ASS.: *[assinatura]*

O Estudo Técnico Preliminar (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21) fundamenta a necessidade da contratação e justifica a escolha da solução de Registro de Preços, atendendo às exigências legais e às necessidades da Administração Pública

6. Descrição da solução (Art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

- a. Descreva a solução escolhida com todos os elementos para que a contratação produza os resultados pretendidos pela administração, considerando todo o ciclo de vida do objeto.

A adoção do Sistema de Registro de Preços propicia maior conveniência na operacionalização, permitindo a execução dos serviços durante o prazo que durar a ata, estabelecendo um valor pré-fixado, permitindo o planejamento das atividades, economicidade, eficácia e melhor aproveitamento dos recursos;

Não há atas de Registro de Preços vigentes na região Sul Fluminense com o quantitativo e serviços/fornecimentos que atendam integralmente as necessidades da Prefeitura de Rio Claro-RJ para serem aderidas;

Considerando que os itens são correlacionados, que a Prefeitura não dispõe de quadro funcional suficiente para a fiscalização de variadas empresas ofertando separadamente os itens do objeto deste Termo de Referência, buscando a eficiência e economicidade, o objeto será licitado por Menor Preço Global.

A descrição da solução se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar deste Termo de Referência.

- b. Garantia e ou assistência técnica (Art. 40, § 1º, III)

Os serviços executados, bem como as peças substituídas durante a manutenção corretiva deverão ter um prazo de garantia mínima de:

- Mão de obra executada: 4(quatro) meses
- Substituição de compressor: 01 (um) ano;
- Substituição de demais peças: 06 (seis) meses.

7. Requisitos da contratação (Art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

- a. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- Comprovação de que a empresa se encontra em situação regular com registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em atendimento ao disposto



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 338

ASS.: 

nas Leis nº 6.496/77, 5.194/66 e Resolução nº 425/98, através da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica.

b. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:

- Atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa, através de um Profissional, executou ou está executando serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto deste Termo de Referência.

c. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

- Apresentação de profissional, abaixo indicado, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de manutenção preventiva e/ou corretiva de ar-condicionado e/ou serviço de instalação e/ou desinstalação:
- Para a qualificação técnico-profissional, será aceito os seguintes profissionais: Engenheiro Mecânico, Técnico em Mecânica, Técnico em Eletromecânica, Técnico Industrial em Refrigeração e Climatização ou Técnico Industrial em Refrigeração e Ar-condicionado habilitados como responsáveis técnicos pela execução de serviço de manutenção preventiva e/ou corretiva de ar-condicionado e/ou serviço de instalação e/ou desinstalação

d. Apresentação de documentos juntamente com proposta de preços:

Os licitantes deverão apresentar, juntamente com suas propostas de preços, toda a documentação exigida para a habilitação, conforme estabelecido no edital. Essa documentação incluirá, entre outros, a prova de regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação jurídica e a comprovação de capacidade técnica. A entrega completa e correta dos documentos é fundamental para a análise da proposta e para a habilitação do licitante, assegurando a transparência e a legalidade do processo licitatório.

e. Critérios de segurança e privacidade

- Somente os funcionários da CONTRATADA poderão executar os serviços solicitados nas Ordens de Serviço;
- A CONTRATADA deverá apoiar, com informações tempestivas, a CONTRATANTE quanto a incidentes relacionados ao objeto do contrato, assim como, prevenir e avaliar os possíveis riscos associados ao mesmo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 339

ASS.: [assinatura]

- A CONTRATADA se responsabilizará integralmente, inclusive judicialmente, pelos serviços executados por seus funcionários.

f. Critérios sociais, ambientais e culturais

- Não se estabelecerá qualquer vínculo empregatício ou de responsabilidade por parte da CONTRATANTE com relação aos profissionais que a CONTRATADA empregar para a execução dos serviços contratados.

g. Critérios de sustentabilidade

- Ensacar e acondicionar os resíduos sólidos urbanos em recipientes com tampas até seu recolhimento por empresa licenciada;
- Racionalizar o consumo de energia e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- Adotar medidas de controle a fim de evitar emissão de material particulado para a atmosfera ou substâncias que destroem a Camada de Ozônio;
- Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- A não citação de leis, normas ou medidas mitigadoras, aplicáveis à execução do objeto, não isenta a CONTRATADA da obrigação de cumprimento das mesmas;

8. Obrigações pertinentes à LGPD (Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 340

ASS.: 

- a. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame, contrato, ata de registro de preços ou qualquer outro instrumento congênere que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa:
- b. É dever da Administração Pública a adoção de medidas para que os dados pessoais das partes envolvidas não tenham repercussões para além da vida pública. É dever da Administração Pública a adoção de medidas para que os dados pessoais das partes envolvidas não tenham repercussões para além da vida pública.
- c. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- d. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- e. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- f. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- g. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 341

ASS.: *[Signature]*

- h. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- i. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- j. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (**LGPD, art. 37**), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- k. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- l. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- m. Os contratos e convênios de que trata o **§ 1º do art. 26 da LGPD**, deverão ser comunicados à autoridade nacional.

9. Entrega e critérios de aceitação do objeto (Art. 40, Inciso II, § 1º, da Lei 14.133/2021)

- a. O prazo de execução serviços é de 05 (dias) dias, contados do recebimento do Empenho pela empresa selecionada.
- b. A execução dos serviços objeto do contrato deverá ser nos horários de funcionamento da Administração, de segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13h às 17h (com exceção de feriados e pontos facultativos), nos endereços indicados pela Administração, todos neste Município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 342

ASS.: *[assinatura]*

- c. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias.
- d. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.
- e. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 05 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).
- f. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).
 - a. O recebimento se efetivará com a prestação dos serviços, sendo atestado nos seguintes termos:
 - i. Provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto e serviços com as especificações.
 - ii. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade objeto e consequente aceitação pelo setor competente.
 - iii. Caso satisfatório as verificações do item anterior, será atestada a efetivação do recebimento do objeto da contratação.
 - b. Estando o objeto entregue em desacordo com o estabelecido neste Termo, o mesmo será recusado, cabendo a empresa fornecedora substituí-lo, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, contadas da data do recebimento da notificação expedida pela Prefeitura Municipal de Rio Claro-RJ.

10. Modelo de execução do serviço (Art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 343

ASS.: [assinatura]

- a. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados nos locais em que os equipamentos estiverem instalados. Excepcionalmente, quando devidamente justificado, a CONTRATADA poderá efetuar reparos em oficina própria, a partir de autorização da Administração Pública;
- b. Os equipamentos estão instalados nos prédios públicos que fazem parte das Secretarias Municipais participantes deste Registro de Preços, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA qualquer tipo de custo para o deslocamento até o local em que se realizará o serviço;
- c. Os serviços deverão ser prestados nos locais indicados pelas Secretarias participantes;
- d. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser prestados de acordo com os manuais dos fabricantes e normas técnicas específicas, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso;
- e. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas qualidades necessária à perfeita execução dos serviços objeto deste termo de referência;
- f. Os seguintes serviços deverão ser realizados pela CONTRATADA na manutenção preventiva, com todos os materiais inclusos: desinstalação completa, desmontagem, higienização completa e reinstalação; Limpeza completa da unidade externa: limpeza e desobstrução da serpentina/aletas e aberturas de saída de ar da condensadora com aspirador de pó ou água e spray específico; limpeza de poeira, folhas e detritos presentes na máquina; limpeza da ventoinha; limpar restos de óleo presentes na máquina, válvulas de saída e tubulação; lubrificar o motor da ventoinha com óleo específico; eliminar ruídos e vibrações anormais. Limpeza completa da unidade interna: limpeza completa da superfície externa da evaporadora; limpeza de filtros de ar com água e detergente neutro ou aspirador de pó; limpeza do ventilador axial interno, retirando poeira e detritos; limpeza do trocador de calor com detergente desengordurante neutro; limpeza da bandeja de dreno e todo sistema de drenagem, verificando obstruções; aplicação de produto desinfetante em todo sistema; lubrificação dos componentes móveis; eliminar ruídos e vibrações anormais. (o produto desinfetante utilizado deve ser homologado pela ANVISA). Verificação da instalação elétrica: medição e registro das grandezas elétricas do aparelho e do sistema de proteção (não incluindo reparo na rede de alimentação do aparelho). Verificação da tubulação de gás: buscar vazamentos, eliminar vibrações excessivas na linha. Verificar funcionamento dos termostatos.
- g. Outros serviços e fornecimentos de peças serão realizadas pela contratada conforme descrição dos itens;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 344

ASS.: [assinatura]

- h. Os serviços executados, bem como as peças substituídas durante a manutenção corretiva deverão ter um prazo de garantia mínima de:
- Mão de obra executada: 4 (quatro) meses
 - Substituição de compressor: 01 (um) ano;
 - Substituição de demais peças: 06 (seis) meses.
- i. No caso de substituição de peças, as peças deverão ser novas e genuínas, não se admitindo peças usadas ou reconcondicionadas;

11. Das obrigações e responsabilidades:

a. Obrigações da CONTRATADA:

- i. Executar os serviços nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento, responsabilizando-se integralmente pelos serviços, inclusive no que se referir à observância da legislação em vigor, no que couber;
- ii. Substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento de notificação efetuada pela Prefeitura Municipal de Rio Claro-RJ, a prestação de serviços e/ou objeto entregue que apresente comprovadamente a existência de incorreções e defeitos, cuja verificação somente venha a se dar quando da utilização. Findo este prazo serão aplicadas as penalidades cabíveis.
- iii. Realizar o serviço conforme objeto contratado dentro dos melhores parâmetros de qualidade;
- iv. Manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- v. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços.
- vi. Executar os serviços conforme normas técnicas e legislação vigente;
- vii. Disponibilizar equipe técnica qualificada;
- viii. Emitir certificados e relatórios de manutenção;

OK RB



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 345

ASS.: *[Signature]*

b. Obrigações da CONTRATANTE:

- i. Averiguar e avaliar a prestação do serviço por meio de servidor devidamente designado para esse fim, rejeitando-os, no todo ou em parte, aqueles em desacordo com o presente Instrumento;
- ii. Notificar a contratada caso os serviços entregues não estejam em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência;
- iii. Disponibilizar acesso aos locais onde estão instalados os extintores;
- iv. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- v. Fornecer informações necessárias à adequada prestação dos serviços.
- vi. Proceder ao pagamento, na forma e no prazo pactuado, depois de verificada a regularidade fiscal da empresa fornecedora, bem como atestada a nota fiscal.

12. Da gestão e fiscalização do contrato (Art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

- a. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.
- b. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- c. Os fiscais, bem como o gestor do futuro contrato serão nomeados através de portaria e publicado no Diário Oficial do município.

13. Dos critérios de medição e pagamento (Art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 346

ASS.: *[assinatura]*

- a. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do Art. 141 da Lei 14.133/2021.
- b. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal no momento em que a nota fiscal eletrônica, danfe, fatura ou documento equivalente esteja com carimbo de “atesto”, contendo a assinatura de 2 (dois) servidores públicos acompanhada do número de matrícula respectivo, e a data em que está ocorrendo esse atesto, com posterior regulamentação.

14. Forma e critérios de seleção do fornecedor (Art. 6, h, da Lei 14.133/2021)

- a. A aquisição do objeto/a prestação dos serviços será realizada através de Sistema de Registro de Preços? (X) sim ou () não
- b. Qual critério de Julgamento será utilizado? O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, observado as especificações técnicas constantes neste Termo e demais condições definidas no Edital.

15. Estimativas do valor da contratação (Art. 5, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

O custo estimado da contratação é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

16. Adequação orçamentária (Art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

A Dotação Orçamentária será indicada no momento da elaboração da Ata de Registro de Preços, ou documento equivalente.

17. Disposições gerais

- a. Da Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

18. Anexos do Termo de Referência

ANEXO I - Matriz de Risco

Rio Claro – RJ, 27 de outubro de 2025.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Secretaria Municipal de Administração

PROC.: 396/2024

PÁG.: 397

ASS.: *[Signature]*

Thaís Isabelle de Carvalho
Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 33/724

Brindisi da Silva Biondi
Sec Mun Desenvolvimento Econômico,
Cultura, Turismo, Eventos, Esporte e Lazer
Matrícula: 33/726

Júlio Cesar R de Camargo Castro
Secretário Mun de Assist Social e Dir Humanos
Matrícula: 20/597

Alexandra Leone Peixoto
Secretária Municipal de Previdência Social
Matrícula: 21/449

José Vicente Alves de Almeida
Sec Mun de Meio Ambiente e Agricultura
Matrícula: 33/725

Maria Augusta Monteiro Ferreira
Secretaria Municipal de Saúde
Matrícula:

José Cláudio da Silva
Secretário Municipal de Administração
Matrícula: 20/894.